



FGV DIREITO SP

# O JUDICIÁRIO E O ESTADO REGULADOR BRASILEIRO

PESQUISA

acadêmica  
**LIVRE**

*Mariana Mota Prado*  
(Org.)

**LIVRE** *para*

*pensar*

*ler*

*copiar*

*partilhar*

A Coleção Acadêmica Livre publica obras de livre acesso em formato digital. Nossos livros abordam o universo jurídico e temas transversais por meio das mais diversas abordagens. Podem ser copiados, compartilhados, citados e divulgados livremente para fins não comerciais. A coleção é uma iniciativa da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP) e está aberta a novos parceiros interessados em fornecer acesso livre a seus conteúdos.

Esta obra foi avaliada e aprovada pelos membros de seu Conselho Editorial.

### **Conselho Editorial**

Flavia Portella Püschel (*FGV DIREITO USP*)

Gustavo Ferreira Santos (*UFPE*)

Marcos Severino Nobre (*Unicamp*)

Marcus Faro de Castro (*UnB*)

Violeta Refkalefsky Loureiro (*UFPA*)

 **FGV DIREITO SP**

acadêmica  
**LIVRE**

**PESQUISA**

# **O JUDICIÁRIO E O ESTADO REGULADOR BRASILEIRO**

Mariana Mota Prado

*Organizadora*

*Alexandre D. Faraco*

*Bruno Meyerhof Salama*

*Caio Mario da Silva Pereira Neto*

*Diogo R. Coutinho*

*Fernando Aith*

*Ivar A. Hartmann*

*Juliano Souza de Albuquerque Maranhão*

*Leandro Molhano Ribeiro*

*Leslie Shérída Ferraz*

*Patrícia Sampaio*

*Paulo Furquim Azevedo*

*Ricardo Morishita Wada*

*Viviane Muller Prado*

 **Universidad de  
los Andes**  
Facultad de Derecho

 **IDRC | CRDI**

International Development Research Centre

Centre de recherches pour le développement international

**Canada** 

Este trabalho foi realizado com a ajuda de uma bolsa do Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento, Ottawa, Canadá. As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as do IDRC ou de seu Conselho de Administração.

Os livros da Coleção Acadêmica Livre podem ser copiados e compartilhados por meios eletrônicos; podem ser citados em outras obras, aulas, sites, apresentações, blogues, redes sociais etc., desde que mencionadas a fonte e a autoria. Podem ser reproduzidos em meio físico, no todo ou em parte, desde que para fins não comerciais.

A Coleção Acadêmica Livre adota a licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional, exceto onde estiver expresso de outro modo.

**Editora**

Catarina Helena Cortada Barbieri

**Assistente editorial**

Bruno Bortoli Brigatto

**Tradução (inglês-português)**

Felipe Bocardo Cerdeira (introdução, capítulos 1 e 3)  
Global Translations.BR (capítulos 4, 5, 8 e 9)

**Edição de texto**

Hugo Maciel de Carvalho

**Preparação e revisão**

ReviseReveja

**Projeto gráfico da coleção**

Ultravioleta Design

**Capa e editoração**

Negrilo Produção Editorial

**Imagem da capa**

Jaka Zvan (istockphoto.com)

**Conceito da coleção**

José Rodrigo Rodriguez

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas – SP

O Judiciário e o Estado Regulador brasileiro [recurso eletrônico] / Mariana Mota Prado (Organizadora). – São Paulo : FGV Direito SP, 2016.  
260 p. – (Coleção Acadêmica Livre)

ISBN: 978-85-64678-31-6

1. Agências reguladoras de atividades privadas – Brasil. 2. Poder regulamentar. 3. Poder Judiciário – Brasil. 4. Direito antitruste. I. Prado, Mariana Mota. II. Fundação Getulio Vargas. III. Título.

CDU 342.9(81)

Publicado em dezembro de 2016.

**FGV Direito SP****Coordenadoria de Publicações**

Rua Rocha, 233, 11º andar

Bela Vista – São Paulo – SP

CEP: 01330-000

Tel.: (11) 3799-2172

E-mail: [publicacoes.direitosp@fgv.br](mailto:publicacoes.direitosp@fgv.br)

# O JUDICIÁRIO E O ESTADO REGULADOR BRASILEIRO

## *sumário*

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<i>Mariana Mota Prado</i>	
<b>NOTAS</b>	22
PARTE 1	
<b>VISÃO GERAL</b>	
<hr/>	
<b>1. A REVISÃO JUDICIAL DE DECISÕES DAS AGÊNCIAS REGULATÓRIAS: JURISDIÇÃO EXCLUSIVA?</b>	25
<i>Juliano Souza de Albuquerque Maranhão</i>	
<b>NOTAS</b>	44
PARTE 2	
<b>ANTIGAS AGÊNCIAS REGULADORAS</b>	
<hr/>	
<b>2. INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NA REGULAÇÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS: CASO DA TRANSPARÊNCIA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO BRASIL</b>	49
<i>Viviane Muller Prado</i>	
<b>NOTAS</b>	70
<b>3. REVISÃO JUDICIAL DE DECISÕES ANTITRUSTE: INCENTIVOS PARA ACORDOS?</b>	81
<i>Paulo Furquim Azevedo</i>	
<b>NOTAS</b>	101
<b>4. CRÉDITO BANCÁRIO E JUDICIÁRIO: CONDUTORES INSTITUCIONAIS DA SUPERLITIGÂNCIA</b>	103
<i>Bruno Meyerhof Salama</i>	
<b>NOTAS</b>	121

PARTE 3

NOVAS AGÊNCIAS REGULADORAS

---

**5. A REGULAÇÃO E O JUDICIÁRIO: O CASO DO SETOR DE ELETRICIDADE** 135

*Patrícia Sampaio e Ricardo Morishita Wada*

NOTAS 153

**6. A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGULATÓRIAS DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL** 161

*Alexandre D. Faraco, Caio Mario da Silva Pereira Neto e Diogo R. Coutinho*

NOTAS 180

**7. ACESSO À JUSTIÇA E PROCESSAMENTO DE DEMANDAS DE TELEFONIA: O DILEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS NO BRASIL** 183

*Leslie Shériida Ferraz*

NOTAS 201

**8. AGÊNCIAS REGULADORAS DE SAÚDE E PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: UMA RELAÇÃO CONFLITUOSA E NECESSÁRIA PARA A GARANTIA PLENA DO DIREITO À SAÚDE** 209

*Fernando Aith*

NOTAS 224

PARTE 4

INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS

---

**9. A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NO BRASIL** 233

*Leandro Molhano Ribeiro e Ivar A. Hartmann*

NOTAS 248

**SOBRE OS AUTORES** 255